

DS/SP divulga estudo sobre 11 anos de gastos públicos

Evento contou com a presença de jornalistas dos principais veículos de comunicação do País

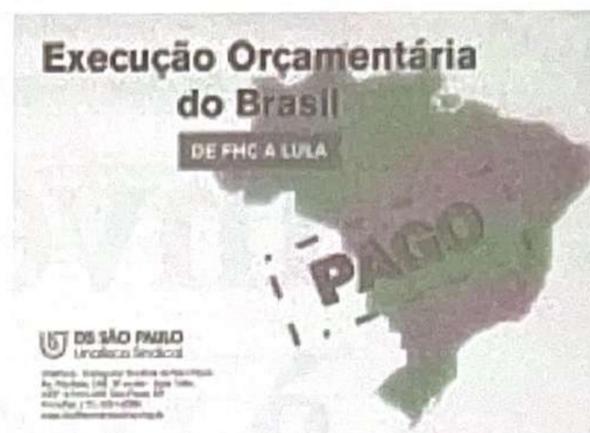
“Execução Orçamentária do Brasil: de FHC a Lula” é um estudo que apresenta todos os gastos do País nos oito anos de governo FHC e nos três anos de governo Lula. A divulgação do estudo ocorreu segunda-feira, dia 23/10, na sede da DS/SP, e contou com a presença de jornalistas dos principais veículos de comunicação do País,



Jornalistas entrevistam Silvana Campos após a apresentação do estudo

como Agência Reuters, Agência Dinheiro Vivo, O Globo, Gazeta Mercantil, Agência Estado, Folha de S. Paulo, DCI, Le Tribune, CBN, Diário do Comércio e TV Cultura. O estudo também repercutiu em jornais como O Estado de S. Paulo, Executivos Financeiros, Rádio Eldorado, Rádio Bandeirantes (RJ), Portal Terra, Radiobrás, Rádio Câmara, Rádio Senado, Valor Econômico, Folha Online, Invest-News, entre outros.

O vice-presidente da DS/SP, Foch Simão Júnior, presidiu a coletiva em nome do sindicato de São Paulo e o trabalho foi apresentado pelos autores-colegas AFRF, Silvana Mendes Campos, economista (UFE-CE), e Marcelo Cota Guimarães, engenheiro (ITA). O estudo apresenta detalhes sobre os 4 trilhões de reais executados nesse período e tem como objetivo qualificar as informações divulgadas sobre os gastos pú-



blicos neste momento em que, a campanha eleitoral para a presidência da República lança esse tema como foco principal das propostas de governo. Os jornalistas fizeram perguntas sobre a auditoria da dívida pública, arrecadação federal, carga tributária e sobre a possibilidade de o próximo governo cortar gastos de infra-estrutura e social. Além disso, vários repórteres pediram esclarecimentos sobre os gastos públicos em cada um dos três períodos abordados no documento: dois governos de FHC e o de Lula, até 2005.

Coordenadores de campanha a presidente recebem documento da DS/SP

Dia 23 de outubro, Foch Simão Júnior e Silvana Mendes Campos entregaram o estudo “Execução Orçamentária do Brasil: de FHC a Lula” ao coordenador da campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Marco Aurélio Garcia (foto esq.), e ao coordenador da campanha do ex-governador paulista, Geraldo Alckmin (PSDB), o senador Sérgio Guerra (foto dir.), logo após debate que contou com a participação de ambos, realizado pela Folha de S. Paulo. Foch e Silvana explicaram aos coordenadores a necessidade de incluir no programa de governo as questões levantadas no estudo, como a importância da justiça fiscal e de se resolver o problema da dívida pública para o País de fato crescer, com bem-estar social.



Para ler o estudo “Execução Orçamentária do Brasil: de FHC a Lula” e acompanhar a repercussão na imprensa, acesse o site da DS/SP: WWW.UNAFISCOSINDICAL-SP.ORG.BR.

Eleições 2006

Investimento caiu à metade desde 95, aponta estudo

Mas os gastos financeiros, relacionados ao pagamento da dívida pública, subiram de 20% para 42%

Silvia Amorim

Os gastos do governo federal tiveram uma inversão de prioridades de 1995 para cá. Na contramão das demandas, o País reduziu nesse período a fatia do orçamento reservada a investimentos em infra-estrutura e na área social – saúde, educação, transporte, segurança e habitação, entre outros. Em sentido oposto, caminharam os gastos financeiros – aqueles relacionados ao pagamento da dívida pública. Essa é a conclusão de um estudo inédito sobre os gastos nos governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresentado ontem pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco).

A seis dias da eleição, o levantamento vem colocar mais le-

nha no debate já acirrado entre o presidente-candidato e seu adversário, Geraldo Alckmin (PSDB), sobre a necessidade ou não de um ajuste fiscal para o País crescer. O diagnóstico da entidade não é animador: sem redução dos gastos com a dívida pública, que abocanham quase metade do orçamento hoje, o Brasil não terá como garantir nem mesmo investimentos básicos em saúde, educação e segurança daqui dez anos.

“É importante explicar que não estamos falando em reduzir qualquer gasto. Cortar no transporte, saúde ou educação não vai resolver o problema das contas, porque essas áreas representam hoje um porcentual pequeno do orçamento. A caixa-preta é o gasto com a dívida pública”, afirmou a diretora do Unafisco e uma das responsá-

veis pelo estudo, Silvana Mendes Campos. “Se nada for feito, o País poderá chegar à falência em 2015, pois não terá como arcar com os serviços essenciais.”

EXPLOÇÃO

O levantamento, baseado em dados da execução orçamentária da União, revela uma explosão das despesas com o pagamento de serviço (juros e outros encargos) das dívidas interna e externa e financiamentos. Em 1995, o País gastava pouco menos de 20% do orçamento com isso. Hoje, são 42%. Foi comprometido R\$ 1,2 trilhão nos últimos cinco anos com a dívida, o triplo do investido em infra-estrutura e social (R\$ 400 bilhões) no período.

Trajectoria bem diferente tiveram os investimentos nas demais áreas do governo. Há dez

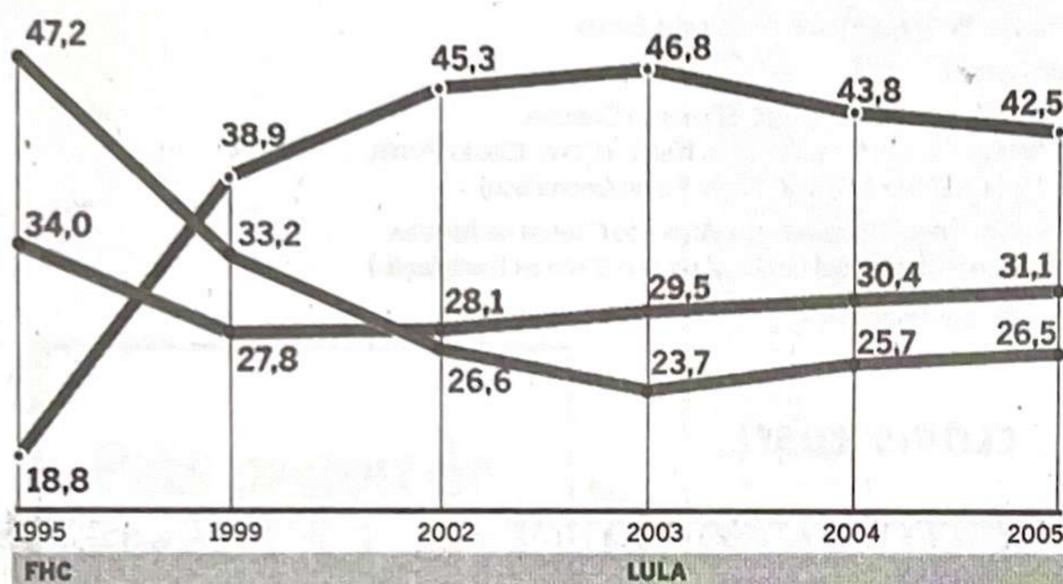
TERÇA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2006
O ESTADO DE S. PAULO

NACIONAL | A11

EVOLUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS

EM PORCENTAGEM SOBRE O TOTAL DO ORÇAMENTO

■ INFRA-ESTRUTURA E ÁREA SOCIAL ■ DÍVIDA PÚBLICA ■ PREVIDÊNCIA SOCIAL



FONTE: ESTUDO INÉDITO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BRASIL 1 - DE FHC A LULA. SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL (UNAFISCO)

INFOGRÁFICO/AE

anos, os gastos com saúde, educação, transporte, habitação, segurança, cultura, agricultura, entre outros, somavam 47,2% do orçamento. Agora, é quase metade: 26,5%. Saúde reduziu de 9,57% para 6%; educação, de 6% para 2,67%, e, segurança, de 5,38% para 3%.

Para o vice-presidente do Unafisco, Foch Simão Júnior, os juros altos são o principal motivo para gastos tão grandes com a dívida. "O pior é que gastamos e sequer abatemos a dívida. É enxugar gelo."

Até 1995 o cenário não era esse. As despesas com infra-estrutura e social eram a número 1 do orçamento. A inversão veio no primeiro governo FHC, quando explodiu o gasto com despesas financeiras - aumento que continuou no segundo mandato. No governo Lula, es-

ses gastos entraram em queda, mas em ritmo lento, mantendo um comprometimento alto de verbas do orçamento até hoje.

No caso dos gastos sociais, o cenário foi inverso. Houve queda com FHC e, de 2003 para cá, crescimento, embora pequeno.

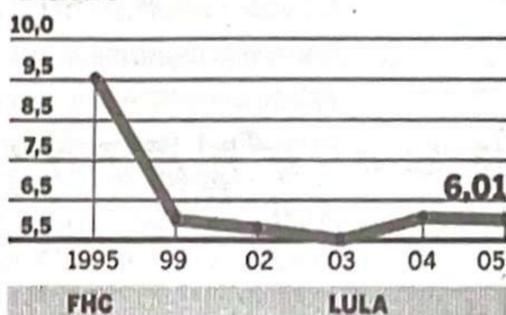
O estudo aponta algumas soluções para reverter o quadro atual. Propõe redução das taxas de juros, auditoria dos contratos da dívida pública e renegociação de títulos públicos. "Assim teremos possibilidade real de diminuir a carga tributária e permitir que uma parcela maior do orçamento seja gasta com o que realmente interessa à sociedade", disse Silvana.

No caso da Previdência Social, o estudo constatou que os gastos caíram entre 1995 e 2005 de 34,05% para 31,06% do orçamento. ●

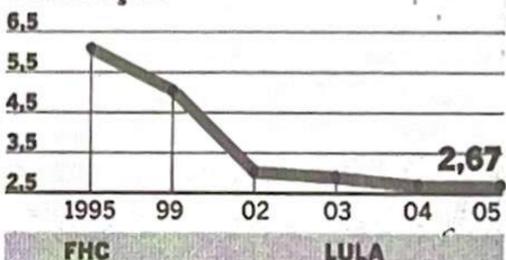
INVESTIMENTO POR ÁREAS

EM PORCENTAGEM DO ORÇAMENTO

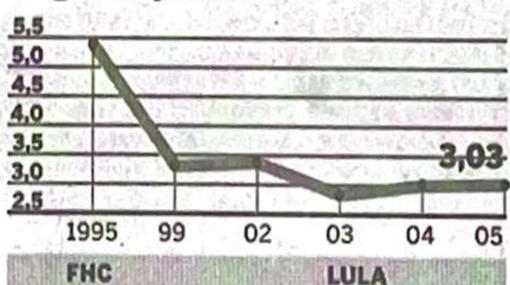
Saúde



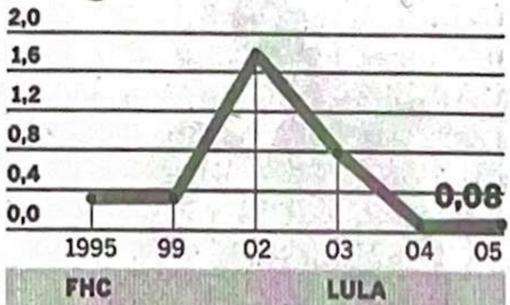
Educação



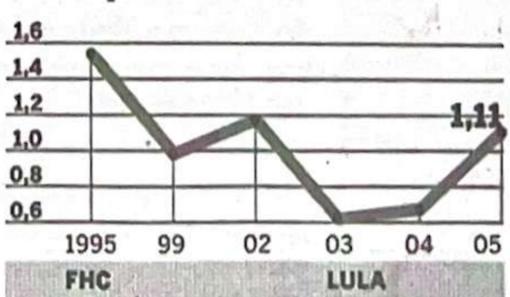
Segurança e Defesa Nacional



Energia



Transporte



FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A
Al. Barão de Limeira, 425, Campos Elíseos, CEP 01202-900, São Paulo, SP

Presidente: LUÍS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)

Diretoria-executiva: PAULO NARCELIO AMARAL (financeiro), ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), ADALBERTO FERNANDES (industrial/tecnologia) e MARCELO EPSTEJN (circulação)

CLÓVIS ROSSI

O monstro inominável

SÃO PAULO - Cortar o gasto público virou uma espécie de mantra de campanha eleitoral, ainda que a discussão tivesse sido truncada e sem definições claras de parte a parte. Aliás, só poderia mesmo ser um debate oco, porque não tocou no ponto central, este que todo mundo evita: a dívida pública e o monstruoso serviço por ela pago.

O Unafisco-SP (Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal em São Paulo), que não é candidato a nada, pôde, talvez por isso, pôr o dedo na ferida e mostrar o tamanho do monstro: o Brasil gastou R\$ 1,2 trilhão para pagar os juros da dívida nos últimos 11 anos.

Ou, posto de maneira ainda mais "freddy-krugeriana": dá mais de meio Brasil de 2005. O PIB (Produto Interno Bruto, tudo aquilo que um país produz) em 2005 foi de R\$ 1,938 trilhão.

Não precisa nem curso primário completo para saber que um país que dedica, em 11 anos, mais da metade do que produz para pagar os credores está fadado à mediocrida-

de, na melhor das hipóteses.

Se você quiser outra comparação: desde 1999 (segundo governo FHC) até 2005 (governo Lula), os encargos da dívida ficaram, SEMPRE, perto ou acima dos 40% do Orçamento. Dá para fazer um país viável nessas circunstâncias?

Marcio Pochmann (Unicamp) calcula que 70% do serviço da dívida vão para as mãos de 20 mil famílias (a cobertura do andar de cima, se o Elio Gaspari me permite). Ou, posto de outra forma, um terço de tudo o que Brasil-2005 produziu acabou nas mãos da cobertura.

Duvido que haja exemplo, no planeta, de mais maciça transferência de renda do conjunto da sociedade para sua fatia mais rica.

Já sei que virá o habitual caminhão de censores para dizer que estou defendendo o calote, só porque ousou falar em Freddy Krueger.

Pode até haver outra solução, mas, sem atacar o monstro de alguma forma, não há saída.

rossi@uol.com.br

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

EXERCÍCIO DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FREITAS

TERÇA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2006

EDIÇÃO SÃO PAULO: 107.000



esporte
Sobramir e Felipe Massa na F1. Foto: do departamento de esporte

Ilustrada
Principal nome feminino do hip hop, Missy Elliott lança coletânea Pág. 43

Revista especial traz pesquisa Datafolha com as marcas mais lembradas pelos consumidores
O M&M, NESTLÉ E COCA-COLA SÃO AS CAMPEãs
SEDA, BRASEMP E COLGATE GANHAM EM ESPECIAIS

Alckmin cobra ética e Lula exalta política social na TV

Tucano ressalta diferenças; petista diz que governo apura escândalos

Como no primeiro debate, Alckmin perguntou sobre o dilema de donos contra lucros e culpa a quebra do século dos cartões corporativos da Previdência. Também acusou uma falha em aceitar a Lula.

Nas respostas, o petista reiterou que as denúncias de corrupção em seu governo estão sendo investigadas. O presidente procurou ainda ressaltar as realizações na área social e os resultados do combate à corrupção.

Muitas perguntas e respostas repetiram os debates anteriores. O próprio Lula admitiu isso ao perguntar que ganho Alckmin costaria, e o tucano se repetiu ao dizer que costaria em corrupção e despesa. Pág. 44

País pagou de juros R\$ 1,2 tri em seis anos, aponta estudo

De 1999 a 2005, o Brasil pagou R\$ 1,2 trilhão em juros para custear a dívida pública. Apesar do gasto, o país deve mais de R\$ 1 trilhão, diz estudo do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal em SP (Unafisco).

Entre 1995 e 2005, os gastos com o custeio da dívida subiram de 18,75% do Orçamento em 1995 —primeiro ano do governo FHC—, para 42,45% em 2005, terceiro ano da gestão Lula. Em setembro, a dívida do governo federal em títulos chegou a R\$ 1,06 trilhão. Pág. B1 e B3



VIOLÊNCIA NA HUNGRIA
Manifestantes saíram em milhares em Budapesta durante os festejos com policiais nos 50 anos da Revolução de 1956, um ano antes de cair o governo. A cuspil húngara viveu praça de guerra, com bombas cossacas, bases de torrada e confetes de Perleot Pág. 44

Para Garcia, Previdência poderá sofrer nova reforma

O coordenador da campanha à reeleição do presidente Lula, Marco Aurélio Garcia, disse que um novo mandato petista poderá propor nova reforma da Previdência. De fax a afirmação em debate organizado pela Folha entre os coordenadores das campanhas ao Planalto.

O senador Sérgio Guerra, coordenador de Gestão Alckmin (PSDB), acusou o PT de "atropelar a democracia" ao atribuir ao futuro plano de privatização. Pág. 44

Vedoin tinha dossiê contra Mercadante, afirma Abel

O empresário Abel Petreia, ligado ao ex-ministro da Saúde Sérgio Nejo (PSDB), disse à F3 que Luiz Antonio Vedoin, chefe de milícia dos sanguessugas, pediu a ele um arquivo que locou ao PSDB depois de deixar a Mercadante, então candidato do PT ao governo de SP.

Abel acusou de cobrar propina para deixar Vedoin verbas, disse que recebeu o pedido. Advogado de Vedoin, não houve dossiê. Pág. 44



TRONCADA NA PISTA
Passagem de pedestres cai na ruína de Anápolis, em SP, em razão da falta de um canal de escoamento de água. O acidente aconteceu por falta de manutenção e obras na margem. Não há previsão de obras. Pág. 44

Três são presos ao colar cartazes racistas em SP

A Polícia Militar prendeu em São Paulo, três homens que colaram cartazes de conteúdo racista com críticas ao julgamento de crimes de guerra. Detidos em São Paulo e indiciados por crime de racismo, os acusados disseram estar expondo sua opinião. O material é atribuído ao grupo White Power, investigado pelo Ministério Público. Pág. 44

Escolas privadas ainda mantêm o 'vestibulinho'

Escolas particulares de SP continuam a aplicar provas (ou "vestibulinhos") para admissão em pré-vestibular, contratando passagens de ônibus e outros serviços de educação. Algumas ditaram a proibição fazendo o teste no meio do "dia de vestibular", quando a maioria comparece a escola, em aplicação o encerramento seguinte. Pág. 44

País pagou de juros R\$ 1,2 tri em seis anos, aponta estudo

De 1999 a 2005, o Brasil pagou R\$ 1,2 trilhão em juros para custear a dívida pública. Apesar do gasto, o país deve mais de R\$ 1 trilhão, diz estudo do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal em SP (Unafisco).

Entre 1995 e 2005, os gastos com o custeio da dívida subiram de 18,75% do Orçamento em 1995 —primeiro ano do governo FHC—, para 42,45% em 2005, terceiro ano da gestão Lula. Em setembro, a dívida do governo federal em títulos chegou a R\$ 1,06 trilhão. Págs. B1 e B3

RODÍZIO EM SP 3 e 4
ATMOSFERA 11°C
EDITORIAIS 44

Próximo domingo: Folha + R\$ 5,90 = México

dinheiro

Tel.: 0/xx/11/3224 3373 Fax
E-mail: dinheiro@uol.com.br
Serviço de atendimento ao
Grande São Paulo 0/xx/11/3224 3373
Ombudsman: ombudsman@uol.com.br

FOLHA DE S. PAULO

TERÇA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2006 ★ B1

Dívida federal acumula alta de 8,39% no ano e che

Gasto para custeio da dívida mais que duplica em

Do Orçamento de 1995, 18,75% foram para custear a dívida;

Dados são de estudo do Unafisco SP, segundo o qual país gastou R\$ 1,2 tri para arcar com a dívida, que hoje passa de R\$ 1 tri

MARCOS CÉZARI
DA REPORTAGEM LOCAL

Os gastos com os encargos da dívida pública mais que dobraram nos últimos 11 anos. Em porcentagem do Orçamento federal, os gastos saltaram de 18,75% em 1995, no primeiro ano de FHC, para 42,45% em 2005, no terceiro ano da gestão Lula (mais 126%). O recorde foi em 2003, no primeiro ano do governo Lula, com 46,82% do Orçamento (mais 150%).

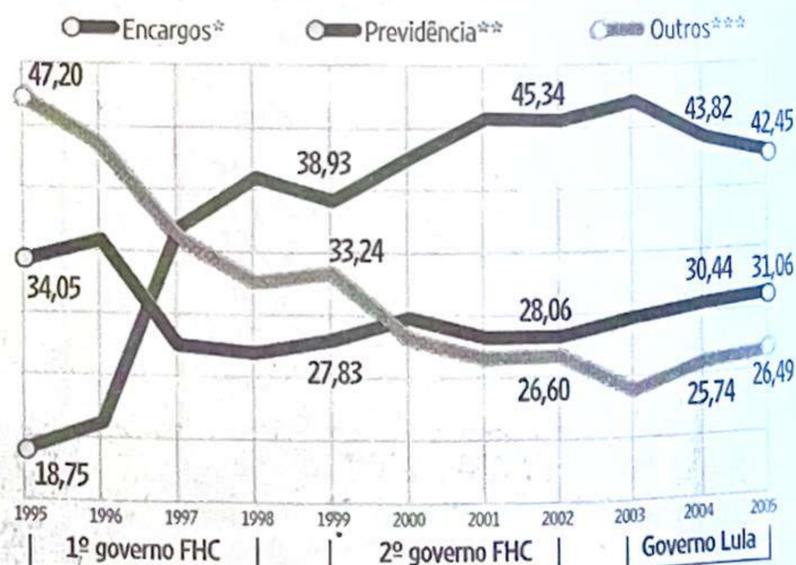
Os dados fazem parte do estudo inédito "Execução Orçamentária do Brasil: de FHC a Lula", divulgado ontem pelo Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal em São Paulo (Unafisco São Paulo).

Elaborado pelos auditores-fiscais Silvana Mendes Campos e Marcelo Cota Guimarães, o estudo sugere que, para reduzir os encargos da dívida pública, o Brasil precisa baixar a taxa de juros e fazer uma auditoria res-

GASTOS PÚBLICOS

Encargos da dívida consomem Orçamento da União

Evolução dos principais gastos públicos, em % do Orçamento



*Soma dos gastos em serviço sobre a dívida interna, externa, transferências e outras despesas financeiras
**Soma dos valores pagos aos beneficiários da Previdência
***Todas as demais despesas do Orçamento (inclui 26 itens, como saúde, educação, defesa nacional, saneamento, habitação, energia, segurança, transportes, Justiça, cultura etc.)
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal/Unafisco Sindical SP

ponsável na dívida — a última foi em 1931, quando 40% da dívida foi considerada irregular, diz o estudo do Unafisco.

Somente depois de adotadas essas providências, diz o estudo, é que a carga tributária poderá ser reduzida efetivamen-

te, estimulando a economia e permitindo que fatia maior do Orçamento seja destinada a gastos sociais e estruturais.

O estudo mostra que, a partir de 1997 — terceiro ano da primeira gestão FHC —, "ocorreu uma clara inversão de priorida-

ONTEM

Bovespa	+1,51%
Dólar livre	R\$ 2,138/2,140
Dólar paralelo	R\$ 2,25/2,35
Dólar turismo	R\$ 2,075/2,225
Poupança	0,6533%
Euro em Londres	1,2540 dólar

**CRISE DO GÁS
GARCIA DIZ QUE
PETROBRAS SAÍ DA
BOLÍVIA SE NÃO
HOVER ACORDO**

Pág. B9

0/xx/11/3224-2287
assinante: 0800-775-8080
224-3090
uol.com.br

a R\$ 1,06 trilhão Pág. B3

Mantega afirma que calçado, têxtil e móvel terão ajuda Pág. B4

**dívida
11 anos**

em 2005, 42,45%

de entre gastos financeiros [juros] e de infra-estrutura/social, que se mantém até hoje”.

No quadro ao lado, o leitor pode verificar o que de fato ocorreu com os gastos governamentais a partir de 1995. Para isso, o Unafisco dividiu os gastos em três grupos: encargos da dívida, Previdência e “outros”.

No primeiro ano de FHC, o governo destinava 18,75% dos recursos públicos para pagar os encargos financeiros das dívidas interna e externa, transferências a Estados e municípios e outras despesas financeiras.

O governo destinava 34,05% dos recursos para os gastos com Previdência e assistência social. A maior parcela (47,20%) era destinada a “outros gastos”, como saúde, saneamento, educação, transportes, cultura etc.

Em 1997, começa uma inversão nesses gastos: enquanto os encargos da dívida dobram (para 36,65%), os recursos para Previdência e assistência social e para “outros gastos” caem para, respectivamente, 27,34% e 36,01% do Orçamento.

Essa situação mantém-se estável até 2000, mas amplia-se a partir de 2001. Apenas nos últimos dois anos o governo redu-

Plano de Previdência SulAmérica - Simulação

Só quem tem 110 anos como a SulAmérica pode oferecer os mais inovadores planos de previdência.
Consulte seu Corretor de Seguros ou ligue 0800 970 0400.

SulAmérica
associada ao ING

sulamerica.com.br

ziu os gastos com encargos da dívida e elevou os demais. Os percentuais atuais são praticamente os mesmos de 2000.

Pouca margem de corte

Nos últimos seis anos — de 1999 a 2005 —, segundo o Unafisco, o país pagou R\$ 1,2 trilhão para custear a dívida pública (o gasto equivale a 44% do Orçamento). Apesar desse gasto, o

país continua devendo mais de R\$ 1 trilhão, conclui o estudo.

Segundo especialistas em contas públicas, o espaço para cortar despesas não-financeiras do governo hoje equivale a apenas 11% de tudo o que é gasto para tocar a máquina. Os outros 89% são protegidos por leis ou pela Constituição Federal.

➔ **LEIA MAIS** pág. B3

TRIBUNA
da imprensa online

EDITORIAS

- Política
- Esportes
- Economia
- Internacional
- País/Cidades
- Ciência/Ambiente

- Opinião
- Há 40 anos

COLUNISTAS

- Helio Fernandes
- Carlos Chagas
- Sebastião Nery
- Argemiro Ferreira
- Pedro Porfírio
- Orlando Duarte
- Carlos A. Vizeu
- Roberto M. Pinho
- Sergio N. Lopes

ROTEIRO CARIOCA

- Show
- Dança
- Teatro
- Na TV
- Cinema
- Clássico
- Exposição
- Alternativo

CONTATO

- Fale com a Tribuna

ARQUIVO

- Ontem
- Anteriores

GRÁFICA
TRIBUNA
da imprensa
21 2224-0653

HELIO FERNANDES

Parabéns aos auditores da Receita Federal e à "Folha"

É preciso fazer auditoria responsável nas dívidas

De FHC, o Sociólogo de Jaçanã: "O PSDB não sabotará o País". Isso é novidade. Pois desde que assumiu não tem feito outra coisa. Mentindo para esse mesmo País que diz que "NÃO SABOTARÁ", DOOU uma parte enorme do patrimônio.

E ainda pegou uma DÍVIDA INTERNA com 61 BILHÕES e deixou em mais de 800 BILHÕES. Crime de lesa-pátria, pelo qual não foi responsabilizado. Ontem, a Folha pegou os dados que venho repetindo há anos e adotou-os.

Não estou aborrecido, muito ao contrário. Gostaria que rádios, revistas e televisões (e naturalmente jornais) pegassem os dados que venho acumulando há anos e mostrassem ao País.

A estagnação, o retrocesso, a omissão deste País potência têm uma só origem: essas "dívidas" monstruosas. E o Sindicato dos Auditores Fiscais de São Paulo sugere a PROFILAXIA que venho propondo exaustivamente.

O que é essa PROFILAXIA? Simplesmente uma AUDITORIA RESPONSÁVEL. O que os subservientes das multinacionais chamam de CALOTE, a palavra mais execrada da língua portuguesa. EXECRADA sordidamente. Não existe CALOTE algum.

O mais espantoso é que ontem mesmo, respondendo a dezenas de leitores, eu produzia mais um libelo contra essas DÍVIDAS, na linha do que venho fazendo desde 1960, quando a externa chegou a 1 BILHÃO DE DÓLARES. Estávamos no fim do governo Juscelino, ele pediu ao senhor Roberto Campos, então presidente do BNDE (não tinha o S de Social, hoje tem o S mas continua sem o Social), para renegociar a "DÍVIDA".

Ela estava em 800 MILHÕES de dólares, foi renegociada por 1 BILHÃO. (Mais 25 por cento, uma tolice, quem ligaria para isso? Mas foi ótimo para o próprio negociador, que com João Goulart garantiu o lugar de embaixador nos Estados Unidos. Derrubado João Goulart, esse mesmo Roberto Campos veio da Matriz para ser ministro todo-poderoso da Filial).

TRIBUNA
da imprensa online

EDITORIAS

- Política
- Esportes
- Economia
- Internacional
- País/Cidades
- Ciência/Ambiente

- Opinião
- Há 40 anos

COLUNISTAS

- Helio Fernandes
- Carlos Chagas
- Sebastião Nery
- Argemiro Ferreira
- Pedro Porfirio
- Orlando Duarte
- Carlos A. Vizeu
- Roberto M. Pinho
- Sergio N. Lopes

ROTEIRO CARIOCA

- Show
- Dança
- Teatro
- Na TV
- Cinema
- Clássico
- Exposição
- Alternativo

CONTATO

- Fale com a Tribuna

ARQUIVO

- Ontem
- Anteriores

GRÁFICA
TRIBUNA
da imprensa
21 2224-0653

HELIO FERNANDES

Como dizia no Diário de Notícias e continuo a dizer nesta Tribuna da Imprensa: em 40 anos a "DÍVIDA" externa passou de 1 BILHÃO para 200 BILHÕES de dólares. E nesses 40 anos, pagamos mais de 500 BILHÕES de juros. Não aconteceu nada, perdão, fiquei como o grande adversário do SISTEMA (que o Sociólogo de Jaçanã só chama de establishment), sofri o que ninguém sofreu.

Ontem, numa chamada da Primeira sobre as cartas dos leitores, este repórter mais uma vez mostrava os números da nossa desgraça.

1 - De 1960 a 2000, a DÍVIDA cresceu 200 vezes.

2 - Durante esses 40 anos, pagamos de juros mais de 500 BILHÕES.

3 - De 1995 a 2005, a DÍVIDA interna passou de 61 BILHÕES, está em mais de 1 TRILHÃO.

4 - Estamos pagando de juros MALDITOS 180 BILHÕES anuais.

5 - INACREDITAVELMENTE, quanto mais PAGAMOS, mais a "DÍVIDA"

6 - É preciso medida RADICAL para acabar com esse HARAQUIRI.

7 - A Folha faz os mesmos cálculos que venha fazendo há anos sobre a DÍVIDA interna. Até a comparação de datas segue a linha deste repórter: de 1995 a 2005.

8 - O que faltou concordarem com meus números: a DÍVIDA EXTERNA vem perdendo substância, mas não favorece o Brasil. Ao contrário.

9 - É que as multinacionais, percebendo que o JURO INTERNO estava 3 vezes maior do que o EXTERNO, mandam o dinheiro para cá.

10 - E MALANDRAMENTE chamam a isso de INVESTIMENTO.

PS - Várias vezes desafiei economistas, Sociólogos, Cientistas Políticos para um debate na televisão. Continuo à disposição, quem sabe agora a Folha não patrocina esse debate com quem aparecer?

PS 2 - Como já disse antes e reafirmo: sem hostilidade, tranqüilamente, apenas um confronto e comparação de números. "ÀS ARMAS, CIDADÃO".

O enriquecimento ilícito de Sergio Cabral fica para amanhã. Ele já ganhou mesmo.

ORÇAMENTO

Estudo compara gastos do governo federal em 11 anos

Levantamento do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal aponta evolução da dívida pública nos governos Lula e Fernando Henrique.

SÃO PAULO

Os gastos com a dívida pública nos três primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram, na média, de 23,45% do orçamento realizado, enquanto o governo Luiz Inácio Lula da Silva, em igual período, destinou 44,36% do orçamento. Mas, é relevante dizer que no período da gestão de FHC a dívida pública federal saltou de R\$31 bilhões para R\$826 bilhões.

De 1995 a 2005, os gastos com encargos da dívida pública, que inclui pagamento de juros, transferências voluntárias e constitucionais e pagamentos de títulos da dívida interna e externa con-

sumiram, em média, 38% do orçamento realizado, que no período foi de R\$ 4,7 trilhões. Esta é uma das conclusões do estudo Execução Orçamentária do Brasil - de FHC a Lula, desenvolvido pelo Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), apresentado ontem em São Paulo. O estudo analisa os gastos públicos dos últimos onze anos, considerando todas as rubricas do Orçamento da União.

Os dados apontam diferenças significativas entre os dois governos na composição dos gastos do orçamento. Comparando-se os três primeiros anos dos governos de FHC e de Lula, observa-se que

FHC gastou em média 3,42% do orçamento na rubrica Trabalho, enquanto Lula destinou 1,99%. Já para a Agricultura, FHC destinou 4,05% do orçamento e Lula 1,36% em igual período.

O estudo aponta também que o governo Lula muda a trajetória dos gastos com a dívida, que era ascendente até 2003 e passa a ser descendente a partir daí, e investe mais em políticas sociais, alterando também a trajetória dos gastos nesta área. É possível observar saltos de endividamento em algumas áreas. É o caso dos anos de 1996 para 1997, em que os gastos com a dívida praticamente dobraram, passando de 18,95% para 34,65% do orçamento realizado. Segundo Silvana Campos, vice-presidente do Unafisco, isso se dá devido ao aumento dos juros e às crises internacionais enfrentadas pelo País no período.

Silvana ressaltou ainda que o Brasil deveria realizar uma auditoria da dívida pública — prevista pela Constituição — para avaliar aonde e como estão sendo feitos estes gastos. Ela afirmou que “a última auditoria da dívida foi feita em 1931, quando se verificou que 40% do montante era irregular, com contratos inexistentes ou parcelas já pagas, por exemplo”.

Para Marcelo Cota Guimarães, auditor da Receita, o pico dos gastos com a dívida foi em 1999, quando da grande desvalorização cambial do real, auxiliado por uma taxa Selic de 49%. Ele defende um corte mais drástico na taxa Selic hoje, e citou o exemplo de 2005, quando a taxa estava atrelada a 60% da dívida pública do País. Segundo Guimarães, para reduzir o tamanho da dívida, “não há outro modo”, afirmou.

BRUNO DE VIZIA

NACIONAL

CONTAS PÚBLICAS

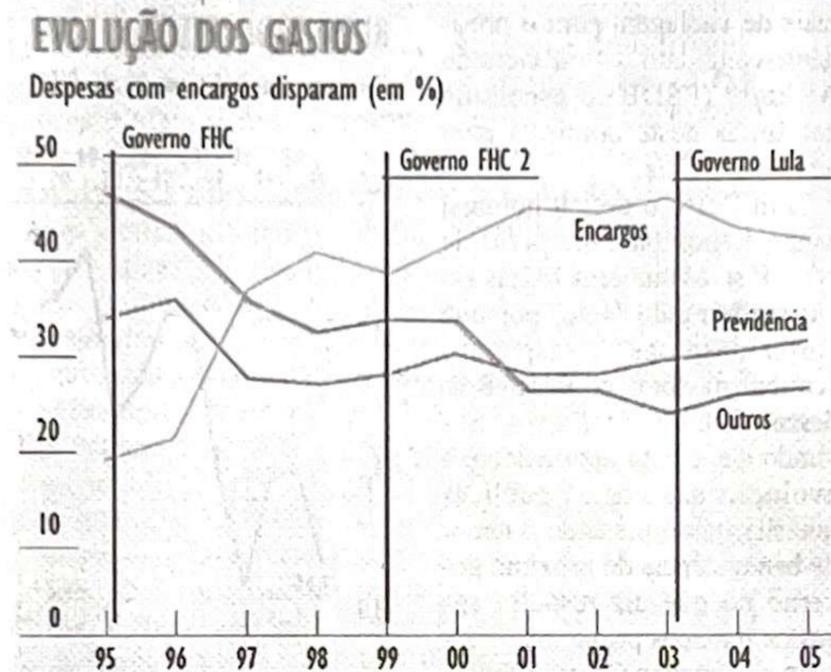
Gasto com juro é gordura para cortar

Unafisco revela que despesa aumentou de 18,75% em 1995 para 42,45% do orçamento em 2005

SIMONE CAVALCANTI
SÃO PAULO

A proporção dos recursos do Orçamento destinados ao pagamento de encargos especiais (soma de juros da dívida pública com transferências a estados e municípios e outras despesas financeiras do governo) disparou nos últimos 11 anos. Em 1995, quando essa rubrica incluía despesas com administração pública, o percentual era de 18,75%. Uma década depois, a participação chegou a 42,45%.

Levantamento "Execução Orçamentária do Brasil: de FHC a Lula" com base nos relatórios do Tesouro Nacional foi apresentado ontem pelos representantes do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco Sindical) de São Paulo. Segundo Silvana Mendes Campos, diretora da Comunicação da entidade, no momento em que se discute corte e melhor gerenciamento dos gastos públicos, a "gordura" a ser extirpada está do lado dos juros da dívida, e, não,



da Previdência Social. Isso porque, disse, a parcela do Orçamento destinada para honrar as contas previdenciárias e de assistência social recuou de 34,05% para 31,56% no período analisado, tendo chegado a 26,75% em 1998.

O estudo, que aponta em R\$ 4 trilhões o total recursos públicos gastos nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso e três anos de mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, foi encaminhado aos coordenadores das campanhas de Lula e de Geraldo Alckmin (PSDB).

Os integrantes do Unafisco

defenderam que seja feita uma auditoria na dívida pública federal. De acordo com Silvana, a possibilidade de auditoria consta da Constituição Federal. "Como em toda auditoria podem haver irregularidades e, ao serem encontradas, é possível termos uma baixa significativa do principal da dívida", disse ela ao lembrar que em 1931 foi a última vez em que essas contas foram auditadas.

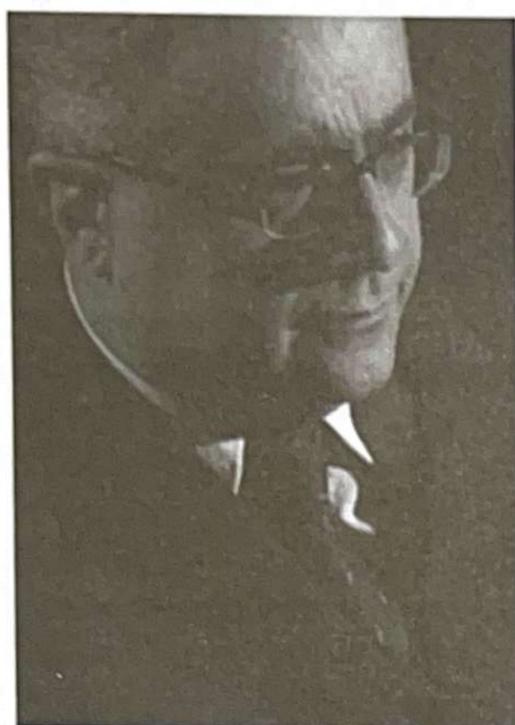
CÃO SEM DONO

Naquele ano, disse a diretora, foi verificado que 40% do montante era irregular, ou seja, já ha-

via sido pago ou nem mesmo existia. Além da auditoria, Marcelo Cota Guimarães, auditor-fiscal da Receita Federal, defendeu a redução da taxa Selic como mais uma estratégia para baixar o custo dos encargos. O juro básico ainda incide sobre 44,79% do total da dívida pública mobiliária federal interna, como divulgou ontem o Tesouro (leia mais na página B-1).

"É possível cortar a dívida por uma ponta que é a Selic. Concordo que tem de ser aos poucos, mas, não, tão aos poucos como está sendo feito", afirmou Guimarães para quem a taxa já deveria estar em 11% ao ano — cálculo a que chegou considerando os patamares atuais de risco-país, dos Treasuries norte-americanos e da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Afirmando que votará nulo no segundo turno das eleições, Guimarães fez coro com Silvana para defender o controle na entrada de capitais no País, coincidentemente a mesma proposta do economista Yoshiaki Nakano, assessor econômico de Alckmin. "Isso também está na Constituição e não é cumprido. Com o controle, como faz o Chile, haveria redução do capital especulativo e ficaríamos menos vulneráveis no caso de crises."



QUEM É LUIS NASSIF

Luis Nassif, introdutor do jornalismo de serviços e do jornalismo eletrônico no país. Comentarista econômico da TV Cultura. Vencedor do Prêmio de Melhor Jornalista de Economia da Imprensa Escrita do site Comuniquese em 2003 e 2005, em eleição direta da categoria. Membro do Conselho do Instituto de Estudos Avançados da USP e do Conselho de Economia da FIESP. Autor de "O Jornalismo dos anos 90", e "Menino de São Benedito", Finalista do Prêmio Jabuti de 2003 na Categoria Contos/Crônica. Em 1995 lançou o CD "Roda de Choro", solando bandolim, semi-finalista do Prêmio Sharp de Música Instrumental.

LUIS NASSIF ONLINE

BLOG

24/10/2006 08:22

A dívida e o orçamento

Recomendo a leitura dos gráficos que constam do trabalho da Unafisco-SP sobre os gastos orçamentários da União. Eles estão na página 11 do caderno Nacional do "Estado" de hoje. Não constam da edição digital.

O gráfico principal fala por si.

Em 1995, 47,2% do orçamento se destinavam à infra-estrutura e área social; 34% para a Previdência Social; 18,8% para a dívida pública.

Em 1999, a dívida pública já consumia 38,9% do orçamento; infra-estrutura e área social 33,2% e Previdência Social 27,8%.

Em 2002, a dívida levava 45,3%, infra-estrutura e social 26,6%, Previdência Social 28,1%.

Em 2005, a dívida consumia 42,5%, infra-estrutura e social 26,5% e Previdência Social 31,1%.

De 1995 a 2005, gastos com saúde caem de 9,5% para 6% do orçamento; com educação de 5,8% para 2,7%; com segurança e defesa nacional de 5,5% para 3%; com transportes, de 1,6% para 1,1%.

Esses números jamais constaram de uma palestra, de um trabalho dos nossos especialistas em contas públicas, Fábio Giambiagi, Raul Velloso, Armando Castellar. Ou de alguns "focalistas" que descobriram que a favela de Heliópolis é o trajeto mais curto para conseguirem chegar à Avenida Paulista.

O principal item de despesa do orçamento jamais foi analisado pelos especialistas em despesa.

O salto de 20 pontos percentuais da dívida, de 1995 a 1999, visou exclusivamente remunerar ativos em dólares, depois dos desequilíbrios intencionalmente provocados por Gustavo Franco, Edmar Bacha, Pedro Malan, Winston Fritsch e, principalmente, André Lara Rezende. Esse salto de 20 pontos se deu apesar de um volume expressivo de recursos captados com venda de estatais e que entraram no sorvedouro da dívida.

enviada por Luis Nassif